

Mulheres virtuosas e corajosas

Luciana Castro

Mulheres
virtuosas e corajosas
na Revolução de 1932

LETRCAPITAL

Copyright © Luciana Castro, 2024

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/02/1998. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os meios empregados, sem a autorização prévia e expressa do autor.

EDITOR João Baptista Pinto

REVISÃO Juliana Mangi

PROJETO GRÁFICO E CAPA Jenyfer Bonfim

Quadro "A Pátria" de Pedro Bruno, que com todo seu esplendor cede espaço à simplicidade do ambiente da casa popular brasileira, a esteira de palha, o bebê repousando e as damas sentadas no chão, que costurando, expressam o ideal de uma nação que se constrói sobre bases sólidas e realistas.

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

C351m

Castro, Luciana

Mulheres virtuosas e corajosas: na Revolução de 1932 / Luciana Castro. -
1. ed. – Rio de Janeiro: Letra Capital, 2024.
148 p.; 15,5x23 cm.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7785-942-9

1. Brasil – História – Revolução Constitucionalista, 1932. 2. Mulheres na política.
3. Mulheres – Atividades políticas. I. Título.

24-88702

CDD: 305.42

CDU: 141.72

Gabriela Faray Ferreira Lopes – Bibliotecária – CRB-7/6643

LETRA CAPITAL EDITORA
Tels.: (21) 3553-2236 / 2215-3781 / 99380-1465
www.letracapital.com.br

*É fundamental resgatarmos a história
das mulheres que vieram antes de nós.
Nossa luta é motivada pelo esforço de grandes
heroínas, que muitas vezes, não tem suas
histórias contadas, já que é escrita por homens.
A Revolução de 1932 é o mais expressivo exemplo
do papel que a mulher brasileira exerceu
na história contemporânea de virtude e coragem,
onde mulheres de diferentes origens sociais
se uniram em torno de uma causa em comum
Como mulher, preciso lidar a todo instante
com a tentativa em estar equilibrada com a
intimidação e minha independência.
Preciso ter uma competência na mesma
proporção à minha aparência física e andar
pelas ruas desertas em passos acelerados
e ainda assim, desejar vivenciar a noite.
Preciso aprender diariamente a viver em linhas
tênuas, sem saber se a abordagem de um homem
traz algum interesse além daquilo que ele diz.
Como mulher, ouço sobre o que devo sentir,
o que devo vestir e sobre não dizer não.
Mas digo! Ninguém vai me dizer nada daquilo
que cabe apenas a mim decidir.*

Luciana Castro

AGRADECIMENTOS

Apesar de ter passado muitos meses a escrever de forma solitária, necessitei de me rodear de pessoas inspiradoras para chegar ao fim dessas linhas. A essas pessoas, gostaria de deixar meu profundo agradecimento.

Minha filha Giovanna, sempre a primeira a quem agradeço. Minha fonte maior de inspiração para não apenas continuar a escrever livros, como para tudo que sou todos os dias.

Minha mãe, Véra Lucia, minha maior e incondicional fã e leitora assídua, meu exemplo de mulher virtuosa e corajosa, alicerce de tudo que eu aprendi na vida.

Joyce Trindade, uma mulher que tenho orgulho em conhecer, em assistir de perto a diferença que ela vem fazendo na vida de centenas de mulheres à frente da Secretaria Municipal de Mulheres na Prefeitura do Rio de Janeiro, por ter gentilmente me cedido seu prefácio.

Juliana Mangi, minha desde sempre e pra sempre revisora dos meus livros, por mais uma vez colocar suas mãos virtuosas nos meus textos.

Minha “vózinha” Jerusa Vieira Braga, a quem guardo as melhores lembranças da minha infância e sinto uma saudade imensa. Por muitas vezes, enquanto escrevia este livro pensei em você, em todas as histórias que me contou na cozinha da nossa antiga casa, e que me fez acreditar que eu podia aprender a cozinhar, arrumar a casa ou ter uma profissão, mas que mais importante do que tudo isso, que eu precisava

ser o que eu quisesse! Você ficaria muito orgulhosa de mim por quem eu sou!

Domingos Meirelles, amigo e jornalista tão necessário ao Brasil e ao mundo, pela sua leitura atenta e severa deste livro, e mais do que isso, por me ceder sua crítica.

Carlos Tufvesson, meu amigo e Coordenador Executivo da Diversidade Sexual da Prefeitura do Rio de Janeiro, pelas aspas sensíveis e fundamentais sobre a luta contra a violência à mulher trans e travestis. Eu adoro a sensação de sempre ter você por perto!

Marcelo Calero, meu amigo Diplomata, Secretário Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, Deputado Federal e tudo mais que não caberia nessa página, por me sugerir como capa deste livro a obra de Pedro Bruno “A Pátria”, que com todo seu esplendor cede espaço à simplicidade do ambiente da casa popular brasileira, a esteira de palha, o bebê repousando e as damas sentadas ao chão, que costurando, expressam o ideal de uma nação que se constrói sobre bases sólidas e realistas. Essa capa resume tudo que escrevi neste livro.

Anna Karin, ex-prefeita de Cruzeiro, jornalista e Presidente do “Mulheres Solidárias”, por ser um exemplo tão atual de mulher virtuosa e corajosa em tudo que realiza pra São Paulo e pro mundo, por ter provocado na minha alma a vontade de escrever sobre a Revolução de 1932.

E finalmente, não menos importante, a todas as mulheres incríveis, cheias de virtude e coragem que eu conheço e não conheço, por fazerem todos os dias do mundo, um lugar melhor, mais leve e mais doce pra se viver.

SUMÁRIO

Prefácio: A jornada inquebrantável da mulher em busca de liberdade e autonomia.....	11
Prólogo: A mulher e a revolução de 1932	13
A guerra paulista.....	33
O separatismo	44
A cronologia da revolução.....	46
A mulher e a luta pela igualdade	48
A mulher e a sociedade	54
O discurso imposto às mulheres.....	60
A mulher na revolução de 1932	66
De frente na batalha	73
As consequências da revolução de 1930	86
Elas e a década	90
A violência contra a mulher.....	138
Últimas palavras.....	141
Contraponto da autora	146
Referências bibliográficas	147

PREFÁCIO

A jornada inquebrantável da mulher em busca de liberdade e autonomia

É com grande honra e entusiasmo que introduzo este prefácio sobre a trajetória da mulher desde a Revolução de 1932 até os dias contemporâneos. Este livro é uma celebração das notáveis conquistas das mulheres em sua busca incessante por liberdade, autonomia e sobrevivência.

Ao mergulharmos nas páginas que documentam este período histórico, somos guiados por uma narrativa de coragem, resiliência e determinação. Desde os tumultuados anos de 1932, as mulheres têm sido protagonistas de uma revolução silenciosa, moldando suas próprias realidades e desafiando as normas sociais que, por muito tempo, as limitaram.

A liberdade, que antes era um sonho distante, tornou-se uma bandeira empunhada por gerações de mulheres intrépidas. Dos primeiros movimentos feministas às conquistas recentes, testemunhamos um progresso notável na luta por direitos iguais, acesso à educação e participação ativa na esfera pública.

A autonomia, outrora restrita, floresceu como uma flor resistente em meio às adversidades. Mulheres de diversas origens e experiências ergueram-se

contra as amarras que as prendiam, reivindicando não apenas seus espaços, mas também suas vozes e escolhas. A capacidade de decidir sobre seus destinos é agora uma prerrogativa que as mulheres exercem com ousadia e determinação.

A luta pela sobrevivência, marcada por desafios incontáveis, é uma narrativa intrínseca à experiência feminina. No entanto, ao longo das décadas, as mulheres transformaram adversidades em força, desbravando caminhos em meio a obstáculos, redefinindo os padrões de resiliência e inspirando gerações futuras.

Este livro é uma homenagem às mulheres que moldaram e continuam a moldar a história. À medida que navegamos por estas páginas, convido os leitores a refletirem sobre a jornada coletiva das mulheres, reconhecendo não apenas o progresso alcançado, mas também os desafios persistentes que demandam nossa atenção e solidariedade.

Que esta obra seja um tributo à resiliência feminina, uma celebração das conquistas e um chamado à ação contínua pela igualdade. Que as palavras contidas nestas páginas inspirem e fortaleçam aqueles que buscam construir um futuro onde a liberdade, autonomia e a capacidade de sobreviver sejam garantias universais, independentemente do gênero.

Joyce Trindade

Secretária de Políticas e Promoção da Mulher

PRÓLOGO

A mulher e a revolução de 1932

*“Em nome da nossa mãe, em nome da nossa irmã,
em nome da vossa esposa (...) Eu sou a mulher paulista,
filha e neta de bandeirantes (...). Foi desse passado glorioso
que nos vieram essa pujança afetiva, essa firmeza
intrépida, e esse indomável impulso pelas causas
que elevam as nossas capacidades físicas e
as ambições sadias por um futuro melhor”*

(Texto lido por Dulce Amaral, na Rádio Record,
em 13 de julho de 1932, cujos microfones foram
colocados à servido do movimento rebelde)

A visibilidade atribuída à participação das mulheres no Movimento Constitucionalista de 32 não mereceu destaque especial na história desse conflito. Elas aparecem apenas de passagem ao longo dos 87 dias da insurreição popular. O papel das mulheres na revolução paulista foi, entretanto, um marco da participação feminina em movimentos armados no Brasil. Um olhar sobre o seu envolvimento nessa revolta exhibe diferentes leituras e contornos. A rapidez e a eficiência com que assumiram funções até então consideradas como masculinas, demonstra a importância que tiveram nos serviços de intendência, na área de saúde e na própria logística do conflito. Elas deixaram de exercer uma atividade secundária na sociedade, cuidar apenas da família, para partici-

parem pela primeira vez de um movimento armado. A Revolução Constitucionalista de 1932 não seria possível sem a participação feminina. Cerca de 70 mil mulheres participaram do levante.

Nas três primeiras décadas do século 20 (1900-1930), diversos foram os episódios políticos e sociais relevantes do nosso passado recente. No campo internacional destaca-se a maciça imigração de europeus para o Brasil, a eclosão da Primeira Guerra Mundial e a "grande crise" econômica de 1929. Internamente, o Brasil enfrentou desde o conflito messiânico de Canudos, além de movimentos sociais da classe trabalhadora, marcados inclusive pela histórica Revolta Anarquista de 1917, que durante semanas paralisou a cidade de São Paulo. Na área civil e militar tivemos a Revolta da Vacina em 1904, no Rio de Janeiro, e o Levante dos 18 do Forte de Copacabana em 1922, além da Revolução Paulista de 5 de julho de 1924. Assistimos também o surgimento dos primeiros partidos operários, entre eles o anarco-sindicalismo em São Paulo e o nascimento do comunismo, com a criação do PCB em março de 1922, no Rio de Janeiro. A esses eventos acrescenta-se a chamada "Reação Republicana", no eixo SP-MG, nas eleições de 1922, e a insatisfação dos militares que se traduziu no surgimento do "tenentismo" na década de 20.

Até então as mulheres nunca tiveram nenhuma ingerência na vida do país. A atividade política era considerada um território exclusivamente mascu-

lino. Nenhuma mulher ocupava cargos públicos. São Paulo e Minas Gerais alternavam-se na Presidência da Nação, desde 1912, graças ao Pacto de Ouro Preto. O presidente Washington Luís, eleito em 1926, surpreendeu o país ao decidir, no final do seu mandato, em 1926, que outro paulista deveria sucedê-lo, ao invés de um candidato mineiro. Rompia-se assim a famosa política do "café com leite".

O nome escolhido para a sucessão de Washington Luís foi Júlio Prestes, que concorreria contra Getúlio Vargas, apoiado pela oposição, cujo vice era João Pessoa. Nas eleições de 1º de março de 1930, Júlio Prestes e seu vice Vital Soares saem vencedores, obtém 1 milhão e 97 mil votos, contra 744 mil votos conquistados por Getúlio. Inicia-se então um movimento para contestar o resultado das urnas. Os "tenentes" de 1924, estigmatizados como revolucionários, sem chances políticas no sistema vigente, aliam-se a jovens políticos, e começam a conspirar contra o Governo.

No dia 26 de julho de 1930 é assassinado no Recife João Pessoa, que fora o vice de Vargas. O presidente Washington Luís é acusado de responsável pela sua morte, embora o crime cometido pelo advogado João Dantas fosse de caráter passional. O assassinato de Pessoa foi sordidamente explorado pela oposição. *A Notícia*, do Rio de Janeiro, estampava a manchete *O Braço do Sicário* tentando envolver o presidente Washington Luís na morte de João Pessoa, abatido a tiros em uma confeitaria do Recife. A

Chefia do Estado-Maior dos conspiradores foi entregue ao Tenente-Coronel Góis Monteiro que denuncia ter ocorrido fraude nas eleições em que Júlio Prestes fora eleito.

O golpe finalmente eclode em 3 de outubro de 1930, no Rio Grande do Sul. Em 24 de outubro, a Aliança Liberal e integrantes da cúpula militar, depõem o presidente da República e constituem uma Junta Provisória. Diante da manifestação popular e da forte pressão dos revolucionários vindos do Sul, a Junta entrega o poder a Getúlio, em 31 de outubro de 1930.

Os vitoriosos de 30, como eram conhecidos, compunham um quadro bastante heterogêneo política e socialmente, mas tinham um adversário comum: as velhas oligarquias cafeeiras. Tira-se a elite do poder, caem os quadros oligárquicos tradicionais, ascendem os militares, jovens políticos da oposição, técnicos diplomados e, mais tarde, os industriais.

Buscava-se também eliminar os chamados "currais eleitorais", quando os votos eram destinados obrigatoriamente para os candidatos do governo, os chamados "votos de cabresto". Naquela época quem dirigia o sistema eleitoral era o legislativo que se baseava em uma lista de eleitores organizada pelas lideranças políticas de cada região. Naqueles dias, o voto não era livre e secreto como hoje.

A Constituição, então vigente, era a de 1891, reformada em 1926. Ela foi revogada e o governo

passou a exercer poderes ilimitados. Os presidentes dos Estados foram substituindo-os por tenentes, como interventores, alguns sem qualquer vínculo com os Estados para os quais eram nomeados. A missão deles era apenas garantir que as decisões do ditador fossem obedecidas. O interventor indicado para São Paulo foi o tenente pernambucano João Alberto Lins e Barros, um dos comandantes da Coluna Prestes.

Na condição de interventor do maior estado do país, João Alberto não dissimulava seu prazer em violar protocolos e ofender a classe política paulista. Ele era visto de quando em vez circulando de chinelos e pijama pelos corredores da sede do governo, o Palácio dos Campos Elíseos, como sinal de desprezo pelos políticos de São Paulo. João Alberto permaneceu no cargo de 26 de junho de 1930 a 25 de julho de 1931.

Após quase dois anos de atos discricionários cometidos por Vargas e seus acólitos, o povo se sentia na obrigação de mudar esse estado de coisas. Foram então criadas as Frentes Únicas formadas por Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo, cujo objetivo era promover uma revolução contra o governo que assaltara o poder, em 1930. No dia 22 de maio de 1932 foi elaborado o boletim da Frente Única de São Paulo. Ele asseverava que Oswaldo Aranha, o enviado de Vargas à capital paulista, tinha o "intuito de arrebatar da população o sagrado direito de escolher seus governantes" e que esse mesmo povo não mais suportaria tamanha afronta e humilhação. O documento

repelia”a indébita e injuriosa intromissão na vida política do Estado” por parte daqueles que estavam”- conduzindo São Paulo e o Brasil à sua ruína total”.

No mesmo dia do lançamento do referido boletim realizava-se, às três da tarde, um comício na Praça do Patriarca. Nele pontificou a voz altissonante de Ibrahim Nobre que se dirigiu ao Palácio dos Campos Elíseos em companhia de vários políticos. Ibrahim dirigiu-se diretamente ao novo Interventor Pedro de Toledo:

– Já começa a correr o sangue paulista. Estamos algemados e algemados dentro de uma senzala. E V. Exa., Sr. Pedro de Toledo, está preso conosco. V. Exa. deve sair dela e com estes homens vir às ruas reivindicar a nossa liberdade. V. Exa. está no fim da vida e deve escolher: um simples epitáfio ou uma estátua.

A menção feita por Ibrahim Nobre ao fato de já começar a correr o sangue paulista, era por conta dos ferimentos sofridos pelo estudante Lima Neto, naquele mesmo 22 de maio de 1932, vítima das agressões sofridas pelas forças de repressão da Ditadura. No dia seguinte, 23 de maio, mais sangue iria correr pelas ruas de São Paulo. Por volta das 16 horas realiza-se na Praça do Patriarca, um comício monstro em favor do restabelecimento da autonomia do Estado e do retorno da Constituição do país. O povo em massa dirige-se aos Campos Elíseos e exige por meio de discursos inflamados a organização do secretariado do governo em consonância com a vontade popular.

No cair da tarde, a massa humana se agiganta pelo Pátio do Colégio, e se espraia por ruas e praças contíguas. Populares sacam de suas armas e fazem disparos para o ar à guisa de salvas no momento em que Silva Gordo passa a Secretaria da Justiça a Waldemar Ferreira. O povo, não satisfeito com as vitórias alcançadas, dirige-se à sede dos jornais "*Razão*", órgão de Osvaldo Aranha, e "*CORREIO DA TARDE*", de Miguel Costa, e incendeia as duas redações.

Em seguida, a multidão ruma em direção à sede da *Legião Revolucionária* e do *Partido Popular Paulista*, chefiado por Miguel Costa, na Rua Barão de Itapetininga, esquina com Praça da República. Às oito e meia da noite, o povo ataca a sede do PPP. A fuzilaria é intensa de lado a lado. Todos os lampiões a gás e as poucas lâmpadas existentes são quebradas a tiros. Os atacantes, atrás das árvores, defendem-se, atacam e socorrem os feridos que são levados para ambulâncias estacionadas nas imediações. O povo luta desesperadamente para tentar invadir o prédio.

Por volta da meia-noite os manifestantes já contabilizavam duas baixas, Euclýdes Miragaia e Antônio Américo de Camargo Andrade. Alguns atacantes trazem então um bonde e o colocam, como barricada, diante da porta do prédio. Era uma hora e trinta minutos da madrugada quando Dráusio Marcondes de Souza, ao forçar a porta do edifício é alvejado mortalmente vindo a falecer no dia 26. Dráusio tinha apenas 14 anos. A luta já dura horas, mas os atacantes

não esmorecem. Há muita gente ferida e não se sabe ao certo o número de mortos.

Naquela madrugada sangrenta, muitas pessoas deixam os abrigos e avançam para o prédio com o propósito de tomá-lo. Num destes ataques Mário Martins de Almeida é atingido por uma rajada de balas no peito. O número de mortos e feridos aumenta. Horas depois, as iniciais dos manifestantes que morreram nesse confronto formariam a sigla da sociedade inicialmente secreta que se tornaria forja e martelo do movimento constitucionalista, MMDC. Os restos mortais desses manifestantes, considerados heróis, repousam no Monumento Mausoléu do Soldado Constitucionalista de 1932, erguido no Ibirapuera. Eles foram trasladados para o monumento em 9 de julho de 1954, juntamente com a mortalha do caboclo Paulo Virgínio. Um dos oradores assim se expressou:

– Viveram pouco para morrer bem. Morreram jovens para viver sempre!

Soldados acercam-se do prédio assestam uma metralhadora, fazem disparos e recebem um comunicado que transmite aos populares dizendo que os sitiados se renderam e vão desocupar o prédio, o que realmente aconteceu. MARIO MARTINS DE ALMEIDA morre ao ser removido para o pronto-socorro da polícia central. Horas depois, as iniciais dos nomes dos mortos haverão de formar a sigla da sociedade à princípio, secreta MMDC. Os restos mortais dos heróis repousam no Monumento de julho de

1954, juntamente com os restos mortais de outro herói da Revolução, o caboclo PAULO VIRGÍNIO JOSÉ BENEDITO – viver sempre. “

No dia 9 de julho de 1932, São Paulo se unia para participar de um dos mais belos movimentos de nossa história. Homens e mulheres, velhos e crianças, cada qual com seu quinhão de esforço, empenham-se numa luta heroica pela restauração da democracia em nossa pátria. São Paulo levanta-se em armas contra o Governo Vargas. Em 10 de julho, no Rio de Janeiro, centenas de estudantes aguardam as tropas constitucionalistas para depor o ditador que assaltara o poder em 1930. A polícia política sabia que ocorreria um levante em São Paulo, mas ignorava a data em que seria deflagrado. Na Bahia, 514 estudantes da Faculdade de Medicina e uma dezena de professores são presos e recolhidos aos cubículos da Penitenciária de Salvador. A Faculdade é fechada e os cursos somente são reabertos em 2 de outubro de 1932.

No Pará ocorre o celebre episódio de Óbitos, onde os artilheiros do forte são derrotados após o naufrágio de suas barcaças atacadas pelas forças da ditadura, na famosa Batalha Naval de Itacoatiara, quando navios da Marinha afundam as embarcações rebeldes que tentavam alcançar Manaus. Os sargentos do 4º Grupo de Artilharia da Costa, formados por 70 homens, haviam aderido à Revolução Constitucionalista, obedecendo a um civil comissionado.

Em São Paulo, o clima é de euforia, seis milhões de habitantes aplaudem e aderem à Revolução. Uma adesão assim unânime jamais resulta de enganos, ou de desencontros. Quase cem mil homens pedem armas para lutar nas trincheiras: estudantes, funcionários, agricultores, comerciários, pretos, pardos, brancos, pobres, ricos, casados, solteiros. Indiferentes às durezas da batalha que se avizinhava, marcham em direção ao front. São inicialmente cerca de quinze a dezoito mil civis, ao lado de dez mil praças da Força Pública (Polícia Militar de hoje) e três mil recrutas do Exército.

Os rebeldes paulistas são, de repente, tocados pela desgraça. A tão esperada Frente Única, que contaria com o apoio de tropas de Minas e Rio Grande do Sul, se desfaz, com os aliados de ontem bandeando-se para as hostes do Governo Vargas. A colônia mineira em São Paulo era significativa, não só na capital como também no interior, mas Minas rompe o acordo com os paulistas e adere ao Governo. O mesmo acontece com o Rio Grande do Sul. Afinal, a Revolução era um movimento que deveria ser conduzido pela Frente Única, – larga corrente de liberais, principalmente de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, da capital federal, no Rio de Janeiro, Mato Grosso e outros Estados. Mas porque somente São Paulo e a parte sul de Mato Grosso não desertaram e cumpriram o combinado é um capítulo que ainda está sendo escrito. Os paulistas são traídos por Minas e Rio Grande do Sul que acei-

tam as vantagens pecuniárias do governo provisório, ou seja, o perdão das dívidas de seus Estados para com a República.

Flores da Cunha, chefe gaúcho comprometido com o movimento constitucionalista, foi seduzido por Getúlio que o convida para ser seu futuro Ministro da Justiça. Aqueles que deveriam marchar e combater ao lado do povo de São Paulo acabam marchando e combatendo contra ele.

Assim, aos tropeços, enfrentando dificuldades de toda a ordem, se formou o Exército Constitucionalista. Foi preciso fabricar dentro do Estado o que não havia, armas e munições. Nesse contexto adverso, o papel das mulheres foi fundamental para que São Paulo mantivesse sua campanha contra a ditadura de Vargas. Cerca de 70 mil mulheres dos mais diferentes estratos sociais colocaram-se à serviço da causa paulista como voluntárias. Elas também foram decisivas no processo de mobilização dos combatentes ao exerceram grande pressão moral sobre os homens, obrigando-os a se alistar para lutar no front. As mulheres ricas misturavam-se às mais pobres nos trabalhos de retaguarda.

A criatividade e o esforço revolucionário dos paulistas montaram fábricas das quais saíram balas para fuzil (240 mil/dia no final da luta), granadas para canhões (200/dia no término da campanha), capacetes de aço (70 mil), máscaras contra gás, rações de campanha, trens blindados, carros de assalto, lanchas

blindadas, minas marítimas e terrestres, carros lança-chamas, além de armas psicológicas de efeito extraordinário. Entre essas "armas de mentirinha", a matraca, que imitava o "matraquear" de metralhadora pesada e o canhão fantasma que não disparava, mas enganava a observação aérea.

As mulheres paulistas participaram desse extraordinário esforço de guerra. Envolveram-se inicialmente no recolhimento de donativos e recursos destinados a sustentar a máquina revolucionária paulista. Elas eram vistas em praças, nas ruas e estações de trem recebendo alianças de casamento, pulseiras e objetos valiosos, durante a campanha "Dê ouro para o bem do Brasil". Até o final do conflito foram recebidos cerca de 30 mil donativos. Às vésperas da rendição, após 87 dias de batalha, com medo de que esses recursos fossem confiscados pela ditadura, os bens que restaram foram doados para a Santa Casa de Misericórdia.

Independente da sua condição social, mulheres ricas e pobres trabalharam em dezenas de salas de costura produzindo uniformes e mochilas para os combatentes. Outras fabricavam cintos e botas militares. Muitas prestaram serviço nas metalúrgicas que fabricavam armamento bélico leve, além de participarem da produção em série de capacetes de aço para os soldados. Meninas faziam discursos nas praças, exaltando as tropas que partiam da cidade para as frentes de combate.

Muitas mulheres também trabalhavam no rancho do front, preparando refeições, como descreveu em carta Marina Freire que estava na cidade de Cruzeiro para a amiga Anita, que morava na capital: "Preparamos cerca de 1.400 refeições diárias, fora o café. Nós mesmas fazemos tudo, além de lavarmos os pratos e caldeirões (...) O serviço é duro, mas estamos sempre de bom humor".

Duas semanas depois, o marido de Marina, o sargento Henrique Junqueira Freire, que servia no Regimento de Cavalaria de Rio Pardo, era morto em combate, abatido por um tiro de fuzil.

Centenas de mulheres, de todas as classes sociais, se organizavam em salas escolares, em diferentes pontos da capital paulista, para produzirem compresas e ataduras. A Liga das Senhoras Católicas agasalhava, alimentava e acomodava mais de 100 mil pessoas. Dia e noite, a Cruz Vermelha promovia cursos rápidos de enfermagem para atender a demanda dos hospitais e postos de saúde que recebiam os feridos que chegavam das frentes de combate.

Embora derrotados militarmente, os paulistas conseguiram ver o seu ideal concretizado, a ditadura acabaria banida, e o povo se reintegrava na posse de seus mais legítimos direitos. São Paulo se engalana todos os anos para comemorar essa data magna, no dia 9 de julho, quando se cultua a memória dos que tombaram nos campos de batalha. Até inimigos reconheceram sua coragem e bravura. O mineiro Juscelino

Kubitschek, que lutou contra os paulistas, como oficial da Força Pública de Minas, assim se referiu sobre os combatentes de 1932: "Foi uma daquelas causas pelas quais os homens podem viver com dignidade e morrer com grandeza".

O carioca Euclides de Figueiredo, pai do ex-presidente João Baptista de Figueiredo, que comandou as tropas paulistas no Vale do Paraíba, a principal Divisão do Exército Constitucionalista, disse que se orgulhava de ter participado do "mais brilhante movimento cívico da história do Brasil republicano".

O gaúcho Bertold Klinger, generalíssimo revolucionário, ao escrever ao supremo comandante ditatorial, o General Góis Monteiro, descreveu o ânimo e o orgulhoso que descobrira no povo paulista: "os ricos entregam o seu ouro com discrição britânica e bravura germânica".

"As senhoras despojam-se de suas joias, os bispos entregam o ouro das igrejas e as próprias cruzes pastorais, casais pobres levam à coleta suas alianças, advogados e médicos, seus anéis... ". Estas definições completam-se com a da. "História do Exército Brasileiro", editada pelo Estado Maior do Exército – o nosso maior movimento armado. O valor e a capacidade do homem, do brasileiro, em face da adversidade, superaram todas as expectativas, não só no campo material das improvisações e imaginação, mas no campo da elevação espiritual e moral, diante da causa da motivação para a defesa de suas convicções. Definições

que mostram a história pelo juízo dos homens que fez e vai fazendo justiça à Revolução Constitucionalista, a explosão de um idealismo levado às últimas consequências, onde a maioria dos oficiais e soldados da Força Pública era nordestina.

A guerra transcorreu entre julho e começo de outubro. Tempo frio, ríspido, nos campos do Sul do Estado e na Serra do Mar, onde a campanha foi mais duramente combatida, exigiu que houvesse necessidade de vestir, agasalhar e alimentar entre 25 e 30 mil pessoas. Não havendo indústria, nem dinheiro suficiente para atender a tais necessidades, 70 mil mulheres, trabalharam como voluntárias, costurando fardamentos, tecendo agasalhos, preparando material médico, cozinhando, e prestando serviços como enfermeiras nos hospitais de campanha, após rápido treinamento realizado pela Cruz Vermelha. Até o último dia de luta elas produziram cerca de 450 mil uniformes militares.

A Casa do Soldado, administrada por mulheres, atendia na capital e em quase todas as cidades aos soldados e seus familiares, oferecendo comida, roupas e atendimento médico. Algumas mulheres chegaram a lutar nas trincheiras como Maria José Barroso, conhecida como *mulher soldado*, que enfrentou bravamente o inimigo. Maria José havia se alistado inicialmente como enfermeira na Legião Negra, formada por 3.500 homens de cor. Ela só foi identificada como mulher depois de ferida em com-

bate e receber atendimento médico. A professora Maria Stella Sguassábia também lutou nas trincheiras do Vale do Paraíba vestida com o uniforme de um soldado desertor. Após o encerramento do conflito retornou à sala de aula para continuar lecionando português e caligrafia.

Uma guerra, travada em cinco frentes, sem comunicação com o exterior para vender produtos da terra (no caso, café), custa muito caro. Além da guerra, era preciso que a vida, no Estado, prosseguisse, normalmente o quanto possível, armazéns fornecendo alimentos, escolas ensinando, trens trafegando, farmácias atendendo, lâmpadas acendendo. E o Tesouro do Estado, em tempo de crise mundial e principalmente nacional e paulista, estava a zero. Para socorrer o Tesouro e manter a vida civil regular e o Exército combatendo, fez-se a Campanha do Ouro Para o Bem de São Paulo.

Mas se tão poderoso foi esse ideal constitucionalista, por que ficou restrito a São Paulo ? Ninguém, em parte alguma do Brasil, moveu-se para sustentá-lo ? Na verdade, não foi um movimento isolado como o Governo Vargas procurou fazer crer. Ao Norte, ao Sul, a Leste e Oeste, milhares de brasileiros responderam ao grito de "CONSTITUIÇÃO E ELEIÇÕES LIVRES!" Em Mato Grosso um destacamento revolucionário saiu de Campo Grande, em meados de julho, com a missão de conquistar Porto Murtinho, no Rio Paraguai, e assim garantir o controle de um porto

internacional para a entrada de mercadorias para São Paulo e romper o cerco imposto pelo Governo Vargas. Desde o início dos combates o porto de Santos fora bloqueado por navios da Marinha fiéis à ditadura. Em Porto Murtinho, os rebeldes chegaram a vencer cinco batalhas contra contingentes governistas, mas diante da escassez de munição acabaram por se render, após escaramuças isoladas em Ladário, Bela Vista, Quitéria e Coxim.

No Rio Grande do Sul, apesar do governo do Estado ter rompido o acordo com os paulistas, um grupo de *frentistas* gaúchos, à sua moda e sem esperanças, tentaram montar um governo constitucionalista no pampa. No dia 1º de setembro o Coronel Cândido Carneiro Júnior, mais conhecido como *General Candoca*, rebelou-se contra o interventor Flores da Cunha e invade o quartel do 44º Corpo Auxiliar, apossando-se de armas e munição. No dia 8 tem início em Espumoso movimentação de um grupo de revolucionários sob o comando de Manoel da Silva Corralo. Eles assumem o controle da subprefeitura, prendem as autoridades locais e seis dias depois se unem ao contingente comandado pelo *General Candoca*. Lutaram contra a Brigada Militar Gaúcha no dia 13 de setembro. Foram derrotados, mas demonstraram valentia e amor à causa constitucionalista como as tropas gaúchas que se rebelaram em Vacaria, Pelotas, São João, Caçapava e Serro Alegre.

Em setembro, Amparo foi tomada pelas tropas do Coronel Eurico Gaspar Dutra, fechando o cerco a Campinas. A partir desse momento, o moral dos revolucionários caiu muito. Surgem discórdias entre os comandantes, após a assinatura da cessação das hostilidades em separado pelo Comandante da Força Pública de São Paulo, Coronel Herculano de Carvalho. A revolução começava a ficar cada vez mais perto do fim.

O movimento constitucionalista não foi uma rebelião romântica, lutou-se por ideais e não pela conquista do poder. Passados 723 dias depois do 9 de Julho de 1932, o Brasil ganhava finalmente uma CONSTITUIÇÃO. Longe de separar, a revolução paulista unira o Norte ao Sul em defesa de um objetivo comum, a volta do Estado de Direito. A vitória não foi alcançada pelas armas, mas conquistada pelas consciências. A revolução Constitucionalista transformou-se em um dos maiores movimentos cívicos da história do nosso País. Seu resultado maior foi abrir caminho para o advento da Constituição de 1934, que introduziu o voto secreto e o voto das mulheres, constituição essa infelizmente revogada pela Carta de 1937, de inspiração fascista, que implantou o chamado Estado Novo que durou até 1945.

Com a rendição dos paulistas no final de setembro de 1932, as mulheres que se envolveram nessa revolta retornaram à vida normal com suas dores e perdas, muitas cultivando luto sofrido como Marina

Freire, cujo marido fora morto em combate, quando ela trabalhava no rancho das tropas que lutavam em Cruzeiro. A negra Maria José, conhecida como *mulher soldado*, voltou também à sua antiga rotina, agora com muitas histórias para contar. Continuou a viver dos salgadinhos que fazia em casa. Consciente de que, como mulher, cumprira com seu dever, Maria José podia ser vista todos os dias, em frente ao Hospital das Clínicas, na capital, vendendo empadinhas e pastéis. A clientela habitual saboreava agora seus salgadinhos, de olhos arregalados, diante das histórias que relembrava, com pitadas de valentia, nos dias em que combatera o inimigo disfarçada de soldado.

D. M.

A guerra paulista

O ano era 1932. O objetivo principal do movimento armado era derrubar o governo provisório de Getúlio Vargas, convocando uma Assembleia Nacional Constituinte.

“O Espetáculo de São Paulo em armas entusiasma mesmo os céticos. Há uma estranha beleza nesta metamorfose marcial. Um povo de trabalhadores despe a blusa e veste a farda. Tudo aqui deslumbra mesmo a agitação mais ardente”.

João Neves da Fontoura – Rádio Record em 1932

O enorme sentimento de frustração ao não cumprimento de promessas que se acumularam ao ressentimento contra o governo de Getúlio, principalmente no estado de São Paulo, era motivado pelo fato de Getúlio governar de forma discricionária por meio de decretos e sem qualquer respaldo da Constituição ou de um Poder Legislativo. Além disso, a autonomia dos estados brasileiros diminuiu durante a vigência da Constituição de 1981.

Os interventores indicados por Vargas, eram em sua maioria, tenentes e não correspondiam aos interesses dos grupos políticos locais. O tenente designado